



**PORTOS DA MADEIRA**

**2015**



**PLANO DE ATIVIDADES  
E  
ORÇAMENTO**

1.	INTRODUÇÃO.....	1
2.	MISSÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	4
3.	AÇÕES .....	7
4.	RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A. ....	10
5.	PLANO DE INVESTIMENTOS.....	12
5.1.	PLANO DE INVESTIMENTOS 2015.....	12
5.2.	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	14
6.	ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA.....	15
6.1.	PRESSUPOSTOS.....	15
6.2.	RENDIMENTOS OPERACIONAIS .....	17
6.3.	GASTOS OPERACIONAIS .....	17
6.4.	GASTOS FINANCEIROS.....	18
6.5.	OUTROS GASTOS .....	18
7.	PLANO DE FINANCIAMENTO .....	19
7.1.	AUTO-FINANCIAMENTO .....	19
7.2.	FINANCIAMENTOS.....	20
7.3.	PROJETOS COMUNITÁRIOS / CONTRATOS PROGRAMA / INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS.....	21
7.4.	RISCOS ORÇAMENTAIS/CUMPRIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2015.....	21
7.5.	MAPA DE APLICAÇÕES E ORIGENS DOS INVESTIMENTOS.....	22
8.	INVESTIMENTOS E DESPESAS DE CARÁTER PLURIANUAL .....	23
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
10.	ANEXOS.....	25
	ANEXO I – BALANÇO ATIVO PREVISIONAL .....	25
	ANEXO II – BALANÇO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO PREVISIONAL.....	26
	ANEXO III – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL .....	27
	ANEXO IV – FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL .....	28
	ANEXO V – RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO.....	29
	ANEXO VI – GASTOS .....	30



### 1. INTRODUÇÃO

A APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. (APRAM, S.A.) tem por objeto social a administração e gestão dos portos (Funchal, Caniçal e Porto Santo), terminais (Porto Novo, Praia Formosa, Socorridos), cais (Machico, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Calheta, Porto Moniz, Ponta do Sol, Santa Cruz, Madalena do Mar, Seixal, Porto da Cruz, Paul do Mar) e marinas (Funchal e Porto Santo) da Região Autónoma da Madeira sob a sua área de jurisdição, visando a exploração económica, planeamento, construção, conservação e desenvolvimento. Compete-lhe, ainda, o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária na Região Autónoma da Madeira.

Em 2015, a empresa prosseguirá uma estratégia integrada do sector portuário na RAM, atenta a sua missão e valores, concretizada no plano de negócios 2012-2015 e, tomando em linha de conta as eventuais orientações de gestão emanadas pelo acionista, em resultado da conclusão do estudo para a reestruturação do setor portuário e da APRAM, S.A. entretanto iniciado<sup>1</sup>.

Paralelamente, ao longo do ano de 2015 poderá ocorrer alguma alteração estratégica dos objetivos preconizados no presente documento, em resultado da adoção de algumas das medidas que possam vir a ser propostas pela equipa de consultores que vier a liderar o processo de reestruturação da APRAM, S.A. e do setor portuário da RAM.

Não obstante, a APRAM, S.A., dentro dos limites resultantes do parco orçamento aprovado, procurará rentabilizar as infraestruturas portuárias, adequando-as aos novos desafios e ao desenvolvimento sustentável nas suas vertentes ambiental, social e económica.

Os portos, principal porta de entrada de mercadorias no mercado regional, continuam a apresentar um decréscimo na movimentação de mercadorias, que obviamente se refletirá nas receitas da empresa. A decisão do acionista de eliminar do regulamento de tarifas da APRAM S.A., desde Agosto de 2014, a taxa da TUP carga cobrada na exportação, representou neste ano uma quebra de receita na ordem dos 250.000 euros, prevendo-se que em 2015 a referida isenção represente cerca de 1M€.

No segmento de navios de cruzeiros, previa-se encerrar o ano de 2014 com uma ligeira retoma, quer do número de escalas, quer do número de passageiros que escalaram os portos

<sup>1</sup> A concluir em 2015, de acordo com a proposta do orçamento para a RAM, pag.86

da RAM face a 2013. Contudo, alguns dias de mau tempo no mar no final do mês de Novembro nesta zona do atlântico significaram o cancelamento de 8 escalas previstas e confirmadas, o que representa uma quebra inesperada e imprevista na estatística de 2014. No limite, o ano de 2014 encerrará com números próximos dos de 2013, em ambas as vertentes.

O plano de atividades e orçamento para o ano económico de 2015, ora apresentado, é fortemente condicionado pelo Plano de Ajustamento Económico Financeiro (PAEF), pela proposta de Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2015 (ORAM 2015) conhecida, pela situação económico financeira da empresa, em particular, e da Região Autónoma da Madeira, em geral.

De salientar que na sequência do temporal do dia 10 de dezembro de 2013, numa fase em que a proposta de orçamento da APRAM, S.A. para 2014 estava já fechada, foram de grande monta os estragos sofridos nas diversas infra - estruturas portuárias por força da agitação marítima, estragos esses que não foi possível resolver ao longo de 2014, por falta de verbas inscritas para o efeito. Foi dado conhecimento à tutela das obras necessárias, bem como foram elencadas as fontes de financiamento para a sua efetiva concretização<sup>2</sup>.

Face ao acima exposto, não poderemos nesta fase garantir que os gastos correntes da empresa sofrerão um decréscimo, comparativamente aos anos anteriores, conforme resulta da diretrizes do PAEF, pois os custos de reparação das infra estruturas afetadas são elevados, sendo as obras necessárias e prementes de modo a manter a operacionalidade e a prestação de serviços portuários, sob pena de, em intempérie futura (ainda que de muito menor dimensão), se destruírem por completo estruturas que se encontram atualmente fragilizadas e desprotegidas na sequência desse grande temporal de 10/12/2013.

Acresce referir a preocupante situação dos pagamentos em atraso, que em 2013 ascendia a 8,8M€ devido às dificuldades de tesouraria da empresa, embora no decorrer do ano em curso tenha sido possível pagar parte da referida dívida antiga e já vencida (anterior a 31/12/2013)

<sup>2</sup> Ofícios da APRAM, S.A. n.ºs 382/2014, de 4 de abril e 304/2014, de 12 de março.

em cerca de 2,5 M€, apenas com receitas próprias da empresa<sup>3</sup>. Ainda assim, no final de 2014 a dívida, referente a pagamentos em atraso rondará os 6,3M€<sup>4</sup>.

Ao longo dos anos, com particular incidência a partir de 2010, a APRAM, S.A. teve dificuldade em gerar os receitas próprias para fazer face ao galopante serviço da dívida e ao pagamento dos seus encargos correntes, o que acabou por prejudicar o pagamento a fornecedores até 2013, que funcionaram como forma indireta de financiamento da atividade corrente.

Em 2014 a APRAM, S.A. foi reclassificada, tendo obrigatoriamente que cumprir a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. Verificou-se o pontual pagamento das faturas dentro dos prazos previstos na referida legislação, o que, aliado ao contrato de mútuo celebrado com o acionista para fazer face aos encargos com parte substancial do serviço da dívida a pagar em 2014, permitiu aliviar ligeiramente a tesouraria e libertar recursos para abater parte do passivo comercial da empresa, anterior a 31/12/2013 e celebrar alguns ARD – Acordos de Regularização de Dívida, evitando os processos de contencioso por parte de fornecedores para a cobrança coerciva de dívidas à APRAM, S.A.. Esperamos manter esta tendência e eventualmente reforçá-la no decurso do ano de 2015, especialmente se a empresa poder contar com o apoio do acionista para a regularização dos passivos comerciais mais antigos e de maior volume, designadamente as dragagens efetuadas em 2011, ainda por regularizar.

Em matéria de investimentos, face aos cortes sofridos na proposta inicial de Orçamento para 2015 submetida pela empresa à tutela<sup>5</sup>, será dada prioridade (em regime de exclusividade) aos que possuem comparticipação comunitária para a sua concretização, a saber, a requalificação e consolidação da zona acostável norte do porto do funchal (conclusão do novo cais acostável e requalificação do cais norte) e a construção de infraestruturas do porto do Porto Santo. Contudo, como acima já ficou expresso, seria de primordial importância efetuar grandes reparações de recuperação em diversas estruturas portuárias atingidas pelo temporal de 10/12/2013 (especial destaque para a Gare Marítima, porto do Caniçal, e pequenos portos

<sup>3</sup> Evolução da dívida comercial: ver proposta de ORAM 2015, pag. 106.

<sup>4</sup> Este montante inclui o valor de 1 894 915,40€, a pagar em 2015, referente ao apuramento do saldo final do projeto 2003/PT/16/C/PT/003 Infraestruturas Portuárias do Caniçal, 2.207.386,61€ referente às dragagens no Porto do Funchal a que acresce 456.836,56€ referentes a juros de mora.

<sup>5</sup> Ver documentos anexos.

(Paúl do Mar, Ribeira Brava, Santa Cruz, Machico e Seixal), bem como proceder às reparações necessárias na Marina do Funchal e no Terminal Marítimo do Porto Novo, assim como a recuperação dos terraplenos do porto do Caniçal e Porto Santo porquanto tratam-se de locais que poderão colocar em causa a segurança de pessoas e bens.

Contudo, quaisquer dessas obras necessitariam do apoio/comparticipação financeira do Governo Regional para poderem ser concretizadas, o que face às instruções recebidas da tutela e acionista, que limitaram a proposta de orçamento da APRAM, S.A. para 2015<sup>6</sup>, a qual contemplava as referidas reparações, apenas aos projetos de investimentos com participação comunitária, o que impossibilitará a sua concretização em 2015.

Pretende-se, em 2015, a obtenção de um “cash-flow” de exploração positivo, mas a obtenção de resultados líquidos positivos não será possível a curto/médio prazo devido essencialmente a:

- Vocação da empresa para a prestação de serviço público e às orientações do acionista quanto ao não aumento do tarifário, ou definição de isenções/abolição de taxas<sup>7</sup>, de modo a não penalizar em demasia os custos globais da fatura portuária;
- Elevados encargos financeiros resultantes do serviço da dívida, às amortizações do imobilizado, resultado da entrada em funcionamento das infra - estruturas portuárias e de novos equipamentos e a não receção de indemnizações compensatórias com a isenção de taxas portuárias atribuídas ao concessionário da linha marítima de passageiros e mercadorias entre a Madeira e o Porto Santo.

## 2. MISSÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Tendo presente o objeto social e as atribuições que foram acometidas à APRAM, S.A., esta tem por:

- Missão: Administrar as infraestruturas portuárias, de modo a assegurar o acesso e a circulação de pessoas e bens por via marítima, com qualidade, eficácia e eficiência

---

<sup>6</sup> Proposta de orçamento remetida à tutela a coberto dos ofícios n.ºs 1355/2014, de 19 de setembro e 1502/2014, de 17 de outubro.

<sup>7</sup> A isenção da TUP carga na exportação representa cerca de 1 M€.

económica e operacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira.

- Valores:
  - Qualidade - Procurar a excelência na sua atuação, esforçando-se diariamente por uma prestação de serviço qualificada, tendo por base os meios e tecnologia existentes;
  - Segurança - garantir a segurança da vida humana, a preservação do ambiente e dos ecossistemas marinhos e a proteção da propriedade;
  - Atitude – atuar, de forma articulada, com o contributo dos colaboradores, no sentido de cumprir com a missão da organização e satisfazer as expectativas de todos os parceiros;
  - Inovação – encorajar e premiar a inovação, a criatividade e a pró atividade na vida da organização, de modo a assegurar um desenvolvimento sustentado da atividade.

Os diversos instrumentos, estratégias e programas disponibilizados deverão ser aproveitados pela APRAM, S.A., e demais parceiros, para melhoria e otimização dos níveis de serviço e da capacidade competitiva da RAM, em especial no que respeita à:

- Contribuição da empresa para o desenvolvimento económico da Região Autónoma da Madeira;
- Posicionamento como autoridade portuária e atuação numa lógica de negócio;
- Envolvimento e criação de sinergias com os parceiros de negócio, de um modo muito particular com a comunidade portuária;
- Segurança portuária.

Assim, a APRAM, S.A., embora consciente das grandes dificuldades que as demais empresas atravessam, terá forçosamente que efetuar um grande esforço no sentido de arrecadar as receitas em tempo útil, sob pena de não ser viável o cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso Lei, com as inerentes consequências.

A capacidade e a função comercial dos Portos da Madeira, no que respeita ao turismo de cruzeiros, deverão ser consolidadas, numa perspetiva de assegurar um fluxo anual de passageiros/escalas não inferior a 500.000 passageiros/300 escalas, mantendo contudo uma ambição de crescimento até números já alcançados em 2012, bem como captar mais escalas para a ilha do Porto Santo, caso em que haverá sempre a necessidade de compatibilizar tal operação com a acostagem do navio Lobo Marinho.

As novas infraestruturas criadas e potenciadoras do turismo de cruzeiros, nomeadamente a Gare Marítima da Madeira, deverão ser maximizadas e rentabilizadas, articulando-se assim com o objetivo supra referido.

Será dado seguimento ao desenvolvimento de programas de monitorização ambiental e de segurança marítima nos portos da RAM.

Da mesma forma, será dada continuidade ao desenvolvimento de modelos de gestão integrada de todo o sector.

Pretende-se dinamizar a promoção da náutica de recreio e das atividades marítimo turísticas.

Esta intervenção é materializada por:

- Propostas dos planos anuais, nomeadamente de obras marítimas e terrestres e de equipamento dos portos e terminais;
- Colaboração na elaboração dos planos de desenvolvimento económico-social da RAM, de médio e longo prazo;
- Propostas legislativas, nomeadamente a adaptação à RAM de legislação nacional com relevância para o sector marítimo portuário,
- Sensibilização para a implementação de políticas comerciais competitivas para o sector, no segmento de cruzeiros, objeto de concorrência;
- Propostas para o estabelecimento de parcerias transnacionais, envolvendo os governos das regiões na parte em que seja viável a complementaridade do negócio;
- Propostas de tarifários, numa ótica custo/benefício, embora a componente de serviço público tenha que ser salvaguardada, mas de modo a que não seja colocada em questão a viabilidade da empresa;

- Intervenção, direta ou indiretamente, em propostas de legislação nacional relacionada com a atividade portuária ou com o desenvolvimento da RAM.

### 3. AÇÕES

A APRAM, S. A. dará continuidade a algumas ações já iniciadas em anos anteriores e procederá ao lançamento de outras, indo de encontro à prossecução dos objetivos estratégicos referidos no número anterior.

Assim, será dado cumprimento ao PAEF e à proposta de ORAM 2015, sendo implementadas as medidas preconizadas nos referidos documentos e na parte aplicável ao Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira e às Empresas Reclassificadas.

No cumprimento dos objetivos estabelecidos no PAEF para o sector empresarial regional e acima elencados, assume relevância:

- Inventariação de todo o património, de forma a promover a sua rentabilização, através da alienação, arrendamento ou utilização, eventualmente para a instalação de serviços públicos;
- Melhoria das condições de atratividade da área de jurisdição do Porto do Caniçal, de modo a rentabilizar os espaços vazios,
- Alteração do modelo de licenciamento da operação portuária face ao investimento efetuado na infraestrutura portuária;
- Rentabilização do espaço portuário ocupado pelo estaleiro naval do Caniçal, condicionada atualmente pela decisão (que se espera favorável aos interesses da APRAM, S.A.) dos processos judiciais em curso;
- Rentabilização das infraestruturas existentes, designadamente Zona de Apoio Logístico (ZAL) do Porto Novo;
- Rentabilização da Gare Marítima da Madeira e espaços comerciais adjacentes,
- Proposta de indemnizações compensatórias à APRAM, S.A. pelo serviço público prestado de apoio ao contrato de concessão da linha regular de passageiros e mercadorias entre a Madeira e o Porto Santo,

- Análise da eventual transferência da administração e gestão dos pequenos portos para as autarquias locais ou para o departamento governamental com responsabilidades na gestão da orla costeira;
- Criação de sinergias através da interação e desenvolvimento com o turismo náutico, turismo ligado à natureza e ao bem-estar.

A nível dos recursos humanos, para o ano de 2015, e devido à contenção de gastos, prevê-se:

- Continuidade de um plano de RH para a substituição das saídas, baseado no aproveitamento interno dos recursos, nos casos em que tal situação seja possível. No caso da eventual saída do técnico de informática, ou de outros técnicos altamente qualificados (pilotos) torna-se imprescindível a sua substituição;
- Formação para a renovação da certificação das tripulações e da segurança;
- Continuação da monitorização em termos de higiene, segurança e saúde no trabalho para os colaboradores da empresa e, materializada através dos exames médicos periódicos, sensibilização e controlo da alcoolemia e análise às condições ergonómicas dos postos de trabalho;
- Racionalização dos métodos de organização do trabalho, conciliando os interesses, em termos de funcionamento dos portos com os da restante comunidade portuária, com otimização dos custos do trabalho extra;
- Eventuais acordos de cedência de pessoal do porto de Porto Santo;
- Substituição do Destacamento da Polícia de Segurança Pública destacado no Porto do Funchal por agentes da mesma corporação gratificados, permitindo uma melhor alocação de recursos e contenção de custos;
- Nas situações possíveis, conciliação da vida pessoal do trabalhador com a vida profissional, através da adaptação dos horários de trabalho;
- Incentivo ao auto desenvolvimento pessoal através da formação académica, com a facilitação, nomeadamente nos horários de trabalho praticados, sempre que possível.

Como autoridade portuária, a APRAM, S.A. é responsável pela eficiência da comunidade portuária, promovendo a comunicação e o interface com os diferentes *stakeholders* do setor, estando previstas as seguintes ações:

- Otimização da gestão das atividades da comunidade portuária e da eficácia do desempenho das funções de autoridade reguladora e fiscalizadora;
- Melhoria na promoção da eficiência na utilização de recursos e a agilização dos procedimentos e dos fluxos de informação associados à prestação de serviços para simplificar e harmonizar procedimentos entre todos os agentes económicos e autoridades (marítimas, sanitárias, veterinárias e policiais, entre outras), através da JUP - Janela Única Portuária e das redes AIS (*Automatic Information System*);
- Aprimorar e potenciar as características do novo sistema informático implementado aquando da reclassificação da empresa de modo a que, além de responder às necessidades e exigências legais de reportes da contabilidade orçamental/patrimonial possa ser uma verdadeira ferramenta de apoio à gestão;
- Otimização do sistema de incentivos para promoção de escalas de navios de cruzeiro e embarcações de recreio no Porto do Porto Santo;
- Dinamização do mercado de cruzeiros e captação de novas rotas e escalas para o porto do Funchal, em especial no período de verão e para o combate à sazonalidade, tarefa assaz difícil uma vez que a maioria dos navios de cruzeiros estão posicionados no mediterrâneo e no báltico;
- Participação em feiras e eventos internacionais, nomeadamente a Seatrade Miami e Seatrade Europe e publicidade em revistas da especialidade nacionais e internacionais;
- Desenvolvimento da parceria com os portos de Canárias e outras regiões da Macaronésia, nomeadamente no fomento da atividade de cruzeiros e no projeto CruisAtlantic;
- Desenvolvimento da parceria com os portos portugueses no fomento da atividade de cruzeiros e na criação da marca Cruise Portugal;

- Desenvolvimento de parcerias, com o objetivo de estabelecer relações *win-win*, destacando-se a cooperação com os portos do Continente, nomeadamente com o Portos de Lisboa, Douro e Leixões e Portimão.

#### 4. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.

A APRAM, S.A., enquanto parte integrante da administração pública regional tem por objeto a prestação de serviços, possui autonomia administrativa e financeira, com personalidade jurídica e património próprios, gerando e arrecadando receitas próprias derivadas da sua atividade.

Com a reclassificação, a APRAM, S.A. passou a ser tratada como serviço e fundo autónomo. Esta situação introduziu alterações significativas nas suas obrigações, sujeitando a empresa a adaptar-se a novos procedimentos de natureza administrativa/contabilística.

- A integração da APRAM, S.A. no orçamento da RAM, concorrendo para todos os limites à despesa e não podendo ultrapassar as dotações orçamentais atribuídas;
- O cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- A obrigatoriedade de efetuar o reporte regular da informação financeira e do número de trabalhadores;
- A obrigatoriedade de cumprir com a regra da unidade de tesouraria, movimentando todos os fluxos financeiros exclusivamente em contas abertas no IGCP, encerrando as demais contas<sup>8</sup>.

O Orçamento da APRAM, S.A. para o ano económico de 2015, elaborado na ótica da contabilidade pública apresenta um valor global de 37 831 911€.

A repartição entre as receitas e despesas (correntes e de capital) é a expressa no quadro infra:

---

<sup>8</sup> A exceção é a conta aberta no Barclays Bank, única e exclusivamente para pagamento do acordo de regularização de dívida contraída junto desta instituição bancária e da qual foi dado conhecimento à SRPF.

**Quadro 1 – Orçamento da APRAM, S.A. para o ano económico de 2015**

Un.: Euros

Designação	Orçamento	
Receitas correntes	26.906.233	71%
Receitas de capital	10.925.678	29%
<b>Total das receitas</b>	<b>37.831.911</b>	<b>100%</b>
Despesas correntes	26.906.233	71%
Despesas de capital	10.925.678	29%
<b>Total das despesas</b>	<b>37.831.911</b>	<b>100%</b>

Fonte: APRAM, S.A.

A APRAM, S.A., enquanto empresa pública reclassificada representa, para o ano de 2015, 9,4% das despesas totais das EPR, com um valor de 37 832M€ (em 2014 e de acordo com os dados disponíveis<sup>9</sup>, a APRAM, S.A. representa 41,3% das despesas totais das EPR, com um valor orçamentado de 41 063M€).

**Quadro 2– Orçamento das EPR / APRAM, S.A. para o ano económico de 2015**

Un.: Mil Euros

Designação	Orçamento		
	EPR	APRAM	
1. Receitas correntes	325.359	26.906	8,3%
2. Receitas de capital	77.535	10.926	14,1%
<b>Total</b>	<b>402.894</b>	<b>37.832</b>	<b>9,4%</b>
1. Despesas correntes	341.951	26.906	7,9%
2. Despesas de capital	60.943	10.926	17,9%
<b>Total</b>	<b>402.894</b>	<b>37.832</b>	<b>9,4%</b>

Fonte: Proposta de ORAM 2015 - Relatório e Anexos

O Orçamento da APRAM, S.A. para o ano económico de 2015 é um documento complementar a este Plano de Atividades e Orçamento, embora elaborado em óticas diferentes.

<sup>9</sup> Proposta de ORAM 2015 - Relatório e Anexos



### 5. PLANO DE INVESTIMENTOS

#### 5.1. PLANO DE INVESTIMENTOS 2015

A APRAM, S.A. modernizou as suas infra estruturas portuárias e apetrechou-as com os mais modernos meios de apoio às operações marítimas e portuárias. No entanto, e como já referido, os temporais de dezembro de 2013 provocaram enormes estragos. Para a sua reparação e ou substituição são necessários investimentos de modo a serem repostas as condições de operacionalidade e segurança de pessoas e bens.

Acresce, ainda, que os portos estão sujeitos a fatores adversos, resultantes das forças da natureza, designadamente das condições meteorológicas e das correntes marítimas, pelo que existe uma contínua necessidade de realização de obras de conservação e manutenção.

Paralelamente, além de estragos diretamente resultantes do 10/12/2013, existem na Gare Marítima da Madeira diversos problemas de natureza estrutural, potencialmente alheios ao processo de construção<sup>10</sup> e não necessariamente abrangidos por garantia de obra, que podem estar associados ao facto do edifício estar implantado sobre uma estrutura (molhe da pontinha) que sofre oscilações e deformações estruturais. Nessa medida, verificam-se desalinhamentos no passadiço que provocaram, entre outros problemas, queda e quebra de vidros, empenos em portas ao longo de toda a Gare, bem como dificuldades no uso do sistema de alimentação elétrica das mangas. Por esses factos terão que ser encontradas soluções técnicas compatíveis com a realidade do local de implantação, mitigando ou anulando os efeitos dessas oscilações do "terreno" onde assenta a gare marítima, soluções essas que têm custos ainda não totalmente estimados.

Contudo, face aos constrangimentos financeiros da RAM e ao volume de investimento previstos para a APRAM, S.A. constantes da proposta de orçamento da RAM para o ano de 2015 sancionado pela Secretaria Regional das Finanças, estamos em crer que não só não será possível efetuar as reparações dos danos do temporal de 10/12/2013, como não se conseguirá efetuar nenhuma das obras acima identificadas.

---

<sup>10</sup> A APRAM, S.A. e o empreiteiro responsável pela construção da Gare Marítima acordaram na realização de uma peritagem independente com vista a determinar com rigor se os problemas descritos se devem a defeitos no processo construtivo, defeitos de conceção ou projeto ou se, ao invés, estão associados à natureza do "terreno" onde a Gare foi implantada.

Para 2015 prevemos um investimento global no montante de 10.925.678 €.

### Quadro 3 – Plano de Investimentos 2015

Un: Euros

Projeto	Montante
Modernização e up-grade do hardware - aquisição de computadores, terminais, impressoras (hardware), destinados a aumentar a capacidade do parque informático da APRAM, S.A.	17.500
Modernização do software – governo eletrónico e utilização da plataforma web – aquisição de produtos informáticos, onde se inclui a aquisição do software destinado à contabilidade orçamental e patrimonial, a nova página Web e a disponibilização dos diversos sistemas de informação da APRAM, S.A..	74.548
Modernização dos equipamentos administrativos – aquisição de equipamento social e o mobiliário diverso.	8.000
Meios de suporte básico para a assistência técnica às embarcações.	15.000
Modernização da ferramentaria marítimo-portuária" – aquisição de ferramentas e utensílios com duração superior a um ano e de valor unitário materialmente relevante.	7.500
POVT-14-0158-FCOES-000006 - Requalificação e consolidação da zona acostável norte do porto do Funchal (Cais acostável e cais norte)	8.175.714
POVT-14-0158-FCOES-000002 - Infraestruturas do porto de Porto Santo	732.500
FC - 2003/PT/16/C/PT/003 - Infraestruturas Portuárias do Caniçal - Devolução do saldo final	1.894.916
<b>TOTAL DO INVESTIMENTO</b>	<b>10.925.678</b>

Fonte: APRAM, S.A.

Grande percentagem dos montantes dos investimentos, elencados no quadro 3, serão comparticipados através da Lei de Meios, de contratos programa e do POVT.

A componente regional não elegível dos projetos com financiamento comunitário aprovado e os montantes necessários para fazer face às obras de conservação e reparação acima identificadas que não beneficiam de apoios comunitários, caso seja possível a sua concretização, o que, pelo acima já exposto se afigura como altamente improvável, serão objeto de contrato programa.

### 5.2. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Para além dos investimentos elencados no quadro 3, numa ótica de investimentos a curto/médio prazo, elencamos os investimentos indicados no quadro infra:

#### Quadro 4 – Investimentos a Médio Prazo

Projeto
POVT-14-0158-FCOES-000006 - Requalificação e consolidação da zona acostável norte do Funchal (Cais acostável e cais norte)
POVT-14-0158-FCOES-000002 - Infraestruturas do porto de Porto Santo

Fonte: APRAM, S.A.

A calendarização e a assunção dos encargos com os investimentos acima mencionados dependerá de vários fatores, a definir pelo acionista, nomeadamente:

- Fontes de financiamento (tratando-se de reparação e manutenção de obras já existentes, face ao atual enquadramento de acesso à comparticipação comunitária, as candidaturas não são possíveis);
- Eventual passagem da gestão e administração dos pequenos portos para as autarquias locais ou outro organismo do Governo Regional;
- Urgência e criticidade da reparação do terraplano do Caniçal e Porto Santo. O avançado estado de degradação poderá colocar em causa a segurança de pessoas e bens que diariamente utilizam aquela infraestrutura e, no caso do terraplano do Caniçal, afetar a normal movimentação de cargas no terminal, com reflexos diretos nos tempos de movimentação das mercadorias e eficiência da operação de carga/descarga. De salientar que com a atual situação (licenciamento da operação portuária) os custos de manutenção do terraplano são da APRAM,S.A., não havendo qualquer contrapartida financeira por parte do operador portuário.

Reforçamos e enfatizamos que sem a dotação de instrumentos financeiros adequados para o financiamento dos investimentos, a sua concretização não será viável apenas com receitas próprias da APRAM, S.A..

### 6. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

#### 6.1. PRESSUPOSTOS

Fortemente influenciada pelas circunstâncias externas, nomeadamente as condicionantes políticas e macro económicas, a volatilidade dos mercados geradores de turismo de cruzeiro e a importância vital do sector marítimo na economia regional, a economia da RAM confronta-se com um conjunto de desafios relacionados com a degradação do acesso ao financiamento resultante da crise dos mercados financeiros.

A APRAM, S.A. foi apanhada por esta conjuntura desfavorável e acabou por ser integrada no perímetro da administração pública regional direta, em virtude da sua incapacidade atual para fazer face aos compromissos decorrentes dos elevados empréstimos contraídos, ao longo da última década, para colmatar a realização de investimentos (reprodutivos e não reprodutivos, sendo integrados nestes os pequenos cais), sem as devidas contrapartidas financeiras, por parte do acionista.

Assim, para 2015, prevê-se que o Governo Regional dote a APRAM, S.A. das fontes de financiamento para:

- Cobertura dos encargos com o serviço da dívida (juros e amortização de capital), decorrente dos investimentos realizados em cumprimentos das orientações do acionista;
- Encargos referentes aos investimentos na parte não co-financiada por programas comunitários (POVT, Fundo Coesão, Lei de Meios);
- Celebração de ARD (Acordos de Regularização de Dívidas), nos termos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e relativamente às dívidas a fornecedores até 31 de Dezembro de 2013. De realçar o peso da dívida referente às dragagens efetuadas no Porto do Funchal no ano de 2011, no montante de 2.207.386,61 € e ao qual acresce, a esta data, juros de mora no valor de 456.386,56 €;
- Reembolso à Autoridade Regional/Nacional gestora dos fundos comunitários da quantia de 1.894.916 € referente ao apuramento do saldo final do projeto 2003/PT/16/C/PT/003 Infraestruturas Portuárias do Caniçal, a qual, apesar de reclamada judicialmente pela

APRAM, S.A. junto do Tribunal de Justiça da União Europeia, foi exigida pela Comissão Europeia ao Estado Português, e paga, por adiantamento pela autoridade nacional, sendo agora por esta exigido o seu pagamento à APRAM, S.A..

Sugere-se como fontes de financiamento a celebração de contratos programa e/ou contratos de mútuo com o acionista único, o Governo Regional.

Enquadram-se, ainda neste cenário, indemnizações compensatórias para a ligação de serviço público de transporte regular de passageiros e mercadorias entre a Madeira e o Porto Santo, que está, nos termos do contrato de concessão, isenta de todas as taxas portuárias, do mesmo modo que se encontram isentas de cobrança as áreas dominiais afetas ao manuseamento e armazenagem da carga transportada entre as duas ilhas. De igual forma, na sequência da Resolução n.º 1565/96, estão isentos do pagamento de taxas portuárias os navios de transporte de mercadorias que transportem gás e produtos similares para o Porto Santo. Estas taxas representariam, caso fossem cobradas, um valor aproximado de 1.780.000,00 euros anuais.

Ainda neste campo, fruto da entrada em vigor da Portaria n.º 141/2014, de 14 de agosto, que alterou o artigo 18.º do Regulamento de Tarifas da APRAM, S.A., ficaram isentas do pagamento de TUP carga todas as exportações efetuadas com origem em portos da RAM, exceção feita aos contentores vazios. Estas medidas, terão um impacto negativo nas previsões de receitas da empresa estimado em 1.000.000,00 euros anuais.

Em ambos os casos, estamos perante perda de receita, imprescindíveis para a viabilização económica da empresa.

O endividamento da APRAM, S.A., empresa integrada no SERAM, implica uma fatura anual de encargos financeiros que, em 2015, rondará os 17 M€.

Quanto ao financiamento dos investimentos, na ordem dos 11 M€, prevê-se a sua comparticipação através do PIDDAR, contratos programa e de projetos desenvolvidos no âmbito da Lei de Meios/POVT.

## 6.2. RENDIMENTOS OPERACIONAIS

As projeções das prestações de serviços para o ano 2015, tiveram por base o estipulado no PAEF, a estagnação do consumo público e privado e ainda os efeitos nefastos da Portaria n.º 141/2014, que aboliu a TUP carga na exportação.

Tendo por base todos os pressupostos apresentados, estimam-se rendimentos operacionais para o ano de 2015 no montante global de 9.660.740 €, conforme vem resumido no quadro abaixo e melhor discriminado no Anexo V.

**Quadro 5 - Rendimentos Operacionais do Exercício**

DESCRIÇÃO	Un: Euros		
	ORÇAMENTO 2015	ORÇAMENTO 2014	VAR. (%)
Venda de Mercadorias	82	246	- 66,67%
TUP - Navio	810.231	844.355	- 8,38%
TUP - Carga	967.614	1.056.386	- 8,40%
Tráfego de Passageiros	1.087.412	1.187.175	- 8,40%
TUP Contentores	2.622.539	2.863.142	- 8,40%
Outros Serviços a Navios	2.626.718	2.867.704	- 8,40%
Outros Serviços à Carga	114.299	124.786	- 8,40%
Concessões e Rendas	1.400.492	901.639	55,33%
Subsídios à Exploração	31.353	187.147	- 83,25%
<b>TOTAL</b>	<b>9.660.740</b>	<b>10.072.580</b>	<b>- 4,09%</b>

Fonte: APRAM, S.A.

## 6.3. GASTOS OPERACIONAIS

Para o ano de 2015 foram orçados gastos operacionais no montante global de 23.084.868 €, conforme discriminado no quadro seguinte. Comparativamente ao ano anterior, verifica-se um acréscimo global, de 3,94%. Reforça-se contudo que este valor acomoda já as reparações que serão necessárias efetuar ao longo do ano para repor as condições de operacionalidade plena das estruturas portuárias afetadas pelo temporal de 10 de dezembro de 2013, em particular a Gare Marítima.

No Anexo VI, apresenta-se detalhadamente todos os gastos orçados.

De referir que nos gastos com pessoal assume particular relevância o aumento da quotização da entidade patronal para a Caixa Geral de Aposentações (de 20% para 23,75%), a aplicação do

n.º 12 do artigo 2.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, à semelhança das demais Administrações Portuárias, e o pagamento do subsídio de férias.

### Quadro 6 - Gastos Operacionais do Exercício

Un.: Euros

DESCRIÇÃO	2015	2014	VAR (%)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	82	8.693	- 99,06%
Fornecimentos e serviços externos	2.293.074	1.825.134	25,64%
Gastos com o pessoal	7.197.069	6.991.356	2,94%
Amortizações do exercício	13.364.643	13.364.429	0,00%
Outros gastos operacionais	230.000	20.000	1050,00%
<b>GASTOS OPERACIONAIS TOTAIS</b>	<b>23.084.868</b>	<b>22.209.613</b>	<b>3,94%</b>

Fonte: APRAM, S.A.

#### 6.4. GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros previstos para o ano 2015, no valor de 17 M€, destinam-se, essencialmente, ao pagamento com os encargos financeiros e respetivas amortizações do capital, decorrentes de empréstimos bancários de médio e longo prazo, contraídos para o financiamento dos investimentos em imobilizados corpóreos e ao pagamento do acordo de reconhecimento e regularização da dívida da APRAM, S.A. junto do Barclays Bank Plc.

#### 6.5. OUTROS GASTOS

Na rubrica “trabalhos especializados” está contemplado um valor de 200.000 €, para fazer face a honorários e custas judiciais, decorrentes de processos que estão a decorrer nos tribunais, nomeadamente do Estaleiro Naval do Caniçal, Naviera Armas e Associação de Armadores da Marinha Mercante, do processo de execução e impugnação da sentença proferida pelo tribunal arbitral no litígio que opõe a APRAM, S.A. à CLCM e bem assim no Tribunal de Justiça da União Europeia, para impugnação da decisão da Comissão Europeia relativa à devolução de verbas de comparticipação comunitárias nas obras do porto do Caniçal, já afloradas em momento anterior deste documento.

### 7. PLANO DE FINANCIAMENTO

A atividade desenvolvida pela empresa gera recursos financeiros suficientes para suportar os gastos correntes.

A transferência da sede da APRAM, S.A. para a Gare Marítima da Madeira em 2010 e a entrada em funcionamento das áreas de receção e embarque dos passageiros, têm vindo a provocar um aumento dos custos de funcionamento, pelo que os gastos são tendencialmente maiores.

A agravar esta situação, temos verificado algumas dificuldades consideráveis na cobrança de receita, e que se exemplificam:

- O processo da cobrança da licença de ocupação de espaço pela CLCM no porto do Caniçal, que corre os seus termos desde 2005, já com decisão arbitral favorável à APRAM, S.A. mas que, face à insistência da CLCM em não efetuar o pagamento voluntário, está pendente de decisão judicial de execução da referida sentença arbitral/cobrança coerciva pela via da execução fiscal, sendo que a dívida ascendia, no momento da condenação da CLCM em processo arbitral, em Julho de 2014, a 2.308.952,06 €;
- Processos de cobrança coerciva em execução fiscal, cujo montante ascende a 3.558.995,67€<sup>11</sup> e com fraca taxa de sucesso na recuperação dos créditos, face à débil situação dessas empresas.

#### 7.1. AUTO-FINANCIAMENTO

A cobertura do investimento por auto financiamento apresenta-se negativa, em virtude das amortizações não serem suficientes para esbater os resultados líquidos negativos, facto este que não gera fundos libertos para fazer face ao valor do investimento proposto.

---

<sup>11</sup> Este valor inclui a dívida da CLCM, referida no parágrafo anterior.

**Quadro 7 – Autofinanciamento**

Un.: Euros

DESCRIÇÃO	VALOR
Amortizações do exercício	13.364.643
Provisões do exercício	0
<b>TOTAL</b>	<b>13.364.643</b>
Resultado líquido do exercício	-22.563.091
Amortizações	13.364.643
Provisões (variação)	0
<b>1 - Fundos libertos</b>	<b>-9.198.448</b>
2 - Amortizações dos financiamentos	10.369.290
3 – Investimento	10.925.678
<b>COBERTURA DO INVESTIMENTO POR AUTO FINANCIAMENTO (1-2) / (3)</b>	<b>-179.10%</b>

Fonte: APRAM, S.A.

**7.2. FINANCIAMENTOS**

Perspetiva-se:

- A contração de um empréstimo de curto prazo (até um ano) até ao montante máximo de 17 M€, e destinado a regularizar as amortizações de capital de operações financeiras contratadas pela APRAM, S.A. junto do sistema bancário, juros e demais despesas correlacionadas;
- A renegociação do contrato de mútuo celebrado em 22 de agosto de 2013 no montante de 5,4M€ e do contrato de mútuo celebrado em 09 de janeiro de 2014, com a alteração celebrada em 2 de dezembro de 2014 no montante global de 12.134.462€, pelo prazo de um ano, e que não existe possibilidade de proceder à amortização no prazo de maturidade previamente estipulado, face aos argumentos atrás referidos;
- Contração de um empréstimo, de montante a definir, de modo a permitir a celebração de ARD (Acordo de Regularização de Dívida) junto de fornecedores com pagamentos em atraso (anteriores a 31.12.2013).



### 7.3. PROJETOS COMUNITÁRIOS / CONTRATOS PROGRAMA / INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

No mapa de financiamento estão consideradas as seguintes verbas expectáveis:

No ano de 2015 está orçamentada a receção dos seguintes montantes:

- Projetos comunitários:
  - 5.517.500€ através do POVT-Plano Operacional de Valorização do Território;
  - 31.353€ no âmbito de projetos ao abrigo do INTERVIR +;
- 5.119.861€ provenientes de contratos programa com a RAM, Lei de Meios e projetos do PIDDAR;
- No orçamento aprovado não estão quantificadas indemnizações compensatórias apesar de constarem na proposta de orçamento da APRAM, S.A.. Refira-se que a empresa nunca recebeu qualquer montante, desta natureza e, se esse recebimento se vier a verificar, será objeto de alteração orçamental em conformidade.

### 7.4. RISCOS ORÇAMENTAIS/CUMPRIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2015

A APRAM, S.A. apresenta como principais riscos orçamentais, com reflexos na arrecadação e cobrança de receitas e no cumprimento das responsabilidades de capital e juros nas operações de financiamento contratadas, os seguintes:

- Diminuição das expectativas relativas ao desempenho da atividade económica, traduzida na diminuição de navios, movimentação de passageiros e mercadorias, que atracam os portos;
- Desistência de alguns concessionários de espaços que ocupavam em área dominial sob jurisdição da APRAM, S.A.;
- Dependência do negócio de um grande grupo económico na parte da movimentação de mercadorias;
- Acionamento da cláusula de *cross default* dos empréstimos, na quase totalidade com o aval da RAM.

O Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2015 só é exequível com a cobrança efetiva das receitas, do recebimento das tranches previstas nos contratos de mútuo e dos montantes dos contratos programa a celebrar com o Governo Regional da Madeira pelo que as principais fontes de financiamento, são as expressas no ponto seguinte (Quadro 8 – Mapa de aplicações e origens dos investimentos).

**7.5. MAPA DE APLICAÇÕES E ORIGENS DOS INVESTIMENTOS**

**Quadro 8 - Mapa de Aplicações e Origens dos Investimentos**

Un.: Euros

DESCRÇÃO		ANO 2015
<b>APLICAÇÕES DE FUNDOS</b>		
1	Investimentos em capital fixo	
	Terrenos	
	Edifícios e instalações	8.908.214
	Equipamentos	32.500
	Móveis, utensílios e viaturas	15.500
2	Outros investimentos	
	Estudos, projectos , fiscalização	
	Formação de pessoal, investigação	
	Outros gastos de investimento	1.969.464
3	Reembolsos de capital	
	De empréstimos	10.369.290
	De suprimentos	
	Reduções de capital social	
4	Aumento dos fundos circulantes	6.452.253
<b>5</b>	<b>TOTAL DE APLICAÇÕES</b>	<b>27.747.221</b>
<b>ORIGENS DE FUNDOS</b>		
7	Capital social	
	Realização inicial	
	Aumentos	
8	Créditos obtidos de terceiros e sócios	
DESCRÇÃO		ANO 2015
	Créditos correntes de fornecedores	
	Empréstimos (Mútuo)	16.912.738
	Suprimentos	
	Contratos Programa com a RAM / PIDDAR / Lei de Meios	5.285.630
	Subsídios ao Investimento - Fundos Comunitários	5.517.500
	Outros créditos	31.353
10	Diminuição dos fundos circulantes	
<b>11</b>	<b>TOTAL DE ORIGENS</b>	<b>27.747.221</b>

Fonte: APRAM, S.A.



### 8. INVESTIMENTOS E DESPESAS DE CARÁTER PLURIANUAL

No ponto 5. Plano de Investimentos estão elencados os investimentos de carácter plurianual que se prevê que possam vir a ocorrer em anos futuros.

No entanto, é de realçar que alguns investimentos e despesas iniciaram-se em 2014 (quadro 3 supra) mas continuam em 2015, dependendo das orientações estratégicas do acionista e das fontes de financiamento. Outros ainda, como é o caso do cais acostável, tiveram o seu início em 2013 e terminarão apenas em 2015.

Com exceção do cais acostável, cujo obra teve o seu início no ano de 2013, destacamos abaixo os investimentos com início em 2014, mas que terão continuação no ano de 2015 e seguintes:

#### Quadro 9 – Investimentos Plurianuais

##### Projeto

POVT-14-0158-FCOES-000006 - Requalificação e consolidação da zona acostável norte do porto do Funchal (Cais norte)
POVT-14-0158-FCOES-000002 - Infraestruturas do porto de Porto Santo

Fonte: APRAM, S.A.

Grande percentagem dos montantes dos investimentos, elencados no quadro 3 supra, serão comparticipados através da Lei de Meios e do POVT.

Para além dos investimentos acima mencionados e pela importância que se revestem apontam-se como principais gastos com reflexos em vários anos económicos (a inscrever no SIGO RAM como encargos plurianuais) os seguintes:

#### Quadro 10 – Encargos Plurianuais

##### Aquisição de bens e serviços

Limpeza das instalações
Vigilância e segurança
Certificação da frota marítima
Contratualização de seguros nos diferentes ramos
Encargos com o serviço da dívida
ARD (Acordos de Regularização de Dívida) celebrados nos termos da LCPA

Fonte: APRAM, S.A.

### 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linha orientadora deste orçamento foi o cumprimento do PAEF, das disposições normativas/regulamentares e procedimentais associadas à reclassificação da APRAM, S.A. e à sua inclusão no perímetro da administração pública como empresa reclassificada.

Por outro lado foram tidas presentes as orientações de gestão emanadas pelo acionista único, representado pela Secretária Regional da Cultura, Turismo e Transportes, nomeadamente nos valores a inscrever no orçamento de 2015.

Imperará a salvaguarda do normal funcionamento da empresa, visando o cumprimento da sua missão, de forma sustentável, atenta à responsabilidade económica, social e ambiental que lhe está implícita.

O Conselho de Administração procurará cumprir o plano de atividades a que se propõe, promovendo uma política de contenção de custos, conseguida através de um rigoroso controlo da execução orçamental, nomeadamente dos princípios que regem a elaboração e alteração do orçamento em termos de contabilidade pública e da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso.

Proposta de Plano de Atividades e Orçamento de Exploração e de Investimentos da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. para o ano de 2015.

APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., 11 de dezembro de 2014.

Os membros do Conselho de Administração:

A Presidente,

O Vogal,

A Vogal,



(Alexandra Cristina Ferreira Mendonça)



(Marcos Teixeira de Jesus)



(Fátima Carvalho Correia)

**10. ANEXOS**

**ANEXO I – BALANÇO ATIVO PREVISIONAL**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		329.918.206	339.853.909
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis		8.533	17.066
Ativos biológicos			
Participações financeiras - met. equiv. patr.			
Participações financeiras - outros métodos			
Acionistas/sócios			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos financeiros			
Sub-total		329.926.739	339.870.975
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		53.021	76.926
Ativos biológicos			
Clientes		5.611.227	4.760.311
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos		95.400	91.900
Acionistas/sócios			
Outras contas a receber			2.865.555
Diferimentos		130.000	450.000
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários		67.136	817.136
Sub-total		5.956.784	9.061.828
<b>Total do Ativo</b>		<b>335.883.523</b>	<b>348.932.803</b>

**ANEXO II – BALANÇO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO PREVISIONAL**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado		24.715.775	24.715.775
Ações próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas		3.458.449	3.458.449
Resultados transitados		- 164.561.477	- 149.514.114
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização		180.293.492	180.293.492
Outras variações no capital próprio		84.993.546	83.170.956
Resultado líquido do período		- 22.563.091	- 15.047.363
		106.336.694	127.077.195
Interesses minoritários			
<b>Total do capital próprio</b>		<b>106.336.694</b>	<b>127.077.195</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos		148.792.308	171.313.518
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Sub-total		148.792.308	171.313.518
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		4.774.841	6.027.838
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		336.127	285.616
Acionistas/sócios			
Financiamentos obtidos		56.611.494	26.631.333
Outras contas a pagar		1.983.211	3.159.840
Diferimentos			
Outros passivos financ. detidos para negoc.		17.048.848	14.437.463
Sub-total		80.754.521	50.542.090
<b>Total do passivo</b>		<b>229.546.829</b>	<b>221.855.608</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>335.883.523</b>	<b>348.932.803</b>



**ANEXO III – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados		9.629.387	9.885.433
Subsídios à exploração		31.353	187.147
Ganhos/Perdas imputados de sub., associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-82	-8.693
Fornecimento e serviços externos		-2.293.074	-1.825.134
Gastos com o pessoal		-7.197.069	-6.991.356
Imparidade de inventários (Perdas/Reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (Perdas/Reversões)			
Provisões (Aumentos/Reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (Perdas / Reversões)			
Aumentos/Reduções de justo de valor		-4.742.407	1.902.903
Outros rendimentos e ganhos		2.141.893	2.298.870
Outros gastos e perdas		-230.000	-20.000
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-2.659.999</b>	<b>5.429.170</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-13.364.643	-13.364.429
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (Perdas/Reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-16.024.643</b>	<b>-7.935.259</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		10.000	1.250
Juros e rendimentos similares suportados		-6.548.448	-7.113.354
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-22.563.091</b>	<b>-15.047.363</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-22.563.091</b>	<b>-15.047.363</b>



**ANEXO IV – FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
<b><u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u></b>			
Recebimentos de clientes		10.084.190	10.083.848
Pagamentos a fornecedores		-2.561.426	-2.650.000
Pagamentos ao pessoal		-7.197.069	-6.950.000
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>325.695</b>	<b>483.848</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-220.000	-14.000
Outros recebimentos/pagamentos		-760.000	-444.353
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>-654.305</b>	<b>25.495</b>
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u></b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-10.851.130	-19.362.380
Ativos intangíveis		-74.548	-139.647
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		5.548.853	14.419.923
Juros e rendimentos similares		500	1.250
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>-5.376.325</b>	<b>-5.080.854</b>
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u></b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		22.198.368	16.343.919
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-10.369.290	-5.377.206
Juros e gastos similares		-6.548.448	-6.859.354
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>5.280.630</b>	<b>4.107.359</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>-750.000</b>	<b>-948.000</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>817.136</b>	<b>1.765.136</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>67.136</b>	<b>817.136</b>



**ANEXO V – RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO**

DESCRIÇÃO	2015	2014	VAR. (%)
Venda de Mercadorias	82	246	- 66,67%
TUP - Navio	810.231	884.355	- 8,38%
TUP - Carga Geral	58.933	64.339	- 8,40%
Arm. Contentores	111.940	122.209	- 8,40%
Diversos Serviços	208.030	227.116	- 8,40%
Amarração/Desamarração	486.941	531.615	- 8,40%
Serviço de Reboques	537.600	586.921	- 8,40%
Serviço de Lancha	9.170	10.011	- 8,40%
Serviço Pilotagem	734.319	801.688	- 8,40%
S.Báscula - Pesagem	9.451	10.318	- 8,40%
Forn. Mão-de-Obra	84.305	92.040	- 8,40%
Serviço de Guindagem	10.288	11.232	- 8,40%
Fornecimento Água	157.708	172.177	- 8,40%
Forn.Energia Elétrica	85.445	93.285	- 8,40%
F.En. Elet. Content	9.115	9.952	- 8,41%
Estacionamento Navio	19.885	21.710	- 8,40%
Concessões e Aluguer	1.400.492	901.639	55,33%
TUP - Granéis Sólidos	406.258	443.530	- 8,40%
TUP - Graneis Líquid	206.876	225.855	- 8,40%
TUP - Contentores	2.510.599	2.740.932	- 8,40%
TUP Veículos	295.169	322.249	- 8,40%
TUP - Outros (BAL)	378	413	- 8,38%
Tráfego de Passageiros	1.087.412	1.187.175	- 8,40%
Fundeadoiro de Navio	15.777	17.225	- 8,41%
Fornecimentos Diversos (Resíduos, ISPS)	372.983	407.201	- 8,40%
Subsídios à Exploração	31.353	187.147	- 83,25%
<b>RENDIMENTOS TOTAIS DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>9.660.740</b>	<b>10.072.580</b>	<b>- 4,09%</b>



**ANEXO VI – GASTOS**

DESCRIÇÃO	2015	2014	VAR. (%)
Compras Mercadorias	82	8.693	- 99,06%
FSE - Eletricidade	204.918	119.848	70,98%
FSE - Gasóleo	229.700	179.378	28,05%
FSE - Gasolina	2.000	2.200	- 9,09%
FSE - Água	254.910	114.286	123,05%
FSE - Outros Flúidos		32.182	- 100,00%
FSE - Ferramentas UD	27.713	4.656	495,25%
Livros e Documentos Técnicos	2.746	3.104	- 11,54%
Material Escritório	19.456	12.419	56,66%
Artigos para Oferta	82	3.362	- 97,56%
Rendas e Alugueres	8.689	12.295	- 29,33%
Despesas de Representação	2.500	1.893	32,07%
Comunicações	65.212	49.281	32,33%
FSE - Seguros	71.020	75.759	- 6,26%
Transporte Mercadorias	6.352	4.966	27,91%
Deslocações e Estadia	33.900	25.568	32,59%
Honorários	27.336	6.209	340,26%
Vistorias		20.492	- 100,00%
Contencioso Notariado	12.295	1.639	650,00%
Conservação e Reparação	537.650	570.117	- 5,69%
Publicidade e Propaganda	96.795	115.507	- 16,20%
Limpeza e Higiene	212.762	188.032	13,15%
Vigilância e Segurança	147.541	111.775	32,00%
Trabalhos Especializados	271.941	155.244	75,17%
Outros FSE	57.556	14.921	285,73%
OS - Vencimentos	157.442	90.951	73,11%
OS - Outras Remunerações	14.400	22.442	- 35,83%
P - Remunerações	3.308.004	3.396.476	- 2,60%
P - Subsídio de Férias/Natal	583.940	588.016	- 0,69%
P - IHT/CTSDF	773.966	794.228	- 2,55%
P - Subsídio de Turno	135.000	133.474	1,14%
P - Ajudas de Custo	27.100	19.686	37,66%
P - Subsídio de Alimentação	306.833	297.473	3,15%
P - Horas Extras/Subsídio Prevenção/Compensação	195.500	141.427	38,23%
P - Subsídio Insularidade Porto Santo	50.481	50.692	- 0,42%
P - Subsídio Falhas, Patrulha e Chefia Pilotagem	5.400	5.583	- 3,28%
P - Outras Remunerações	94.166	95.968	- 1,88%
Pensões	11.944	21.787	- 45,18%
Enc. Remunerações	1.327.903	1.136.767	16,81%
Seguro Acidentes Trabalho	139.690	134.852	3,59%
Custos ação Social	17.500	15.257	14,70%
Outros Custos Pessoal	47.800	46.277	3,29%
Amortizações do Exercício	13.364.643	13.364.429	0,00%
Juros e Gastos Similares	6.768.448	7.113.354	- 4,85%
Outros Gastos e Perdas	230.000	20.000	1.050,00%
<b>GASTOS TOTAIS DA APRAM, S. A.</b>	<b>29.853.316</b>	<b>29.322.967</b>	<b>1,81%</b>

